

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Copa do Mundo nos anos de chumbo: o futebol brasileiro como instrumento de política externa do governo Médici (1969-1974)<sup>1</sup>**

Autor: Gabryel Lameirão de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda de Moura Fernandes

### **Resumo**

Constantemente negligenciada pela área das Relações Internacionais, a temática esportiva se tornou indispensável para o conhecimento das relações de poder que permeiam o sistema internacional. O *soft power* adquirido ao sediar ou conquistar megaeventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas motivaram a realização deste estudo de caso sobre o uso do futebol brasileiro como instrumento de *soft power* aplicado à política externa do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), adotando o método qualitativo de pesquisa baseado nas técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental. O objetivo geral da pesquisa é efetuar a investigação dos condicionantes internos do governo Médici, destacando a formulação das diretrizes e ações da política externa, tendo como foco a participação do Brasil no megaevento esportivo da Copa do Mundo sediada no México em 1970. As evidências obtidas indicam que a seleção brasileira de futebol tricampeã na Copa do Mundo de 1970 proporcionou o incremento do *soft power*, reforçando os valores e as virtudes do Brasil para o mundo. A projeção da imagem positiva no exterior como o país do futebol reforçou a soberania nacional, fortalecendo o projeto Brasil Grande Potência ambicionado pelas metas de política externa do governo Médici. A ascensão dos militares da linha dura ao poder marcaram os anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira, estabelecendo práticas autoritárias como a repressão política e a violação dos direitos humanos. Elemento de identidade nacional, o futebol brasileiro sofreu apropriação como meio de manutenção e fortalecimento do sistema político vigente.

**Palavras-chave:** Copa do Mundo. Ditadura civil-militar. Governo Médici. Política externa brasileira. *Soft power*.

### **1 Introdução**

Os anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foram marcados pelo autoritarismo com a ascensão dos militares da linha dura ao poder. No período de maior repressão política e violação dos direitos humanos, o Brasil se

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de artigo científico apresentado à Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

tornou o primeiro país tricampeão da Copa do Mundo, conquistando o prestígio internacional e levando à mundialização do Brasil como o “país do futebol”. A conquista da seleção brasileira de futebol exerceu papel fundamental para conjuntura interna, sendo notadamente associada ao projeto de manutenção do sistema político vigente e aos objetivos da política externa do projeto Brasil Grande Potência do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Para realização da pesquisa e obtenção dos objetivos pretendidos será considerada a seguinte pergunta norteadora: de que modo ocorreu a instrumentalização do futebol brasileiro pela política externa do governo Médici no contexto interno dos anos de chumbo da ditadura civil-militar? O objetivo geral da pesquisa é efetuar a investigação dos condicionantes internos do governo Médici, destacando a formulação das diretrizes e ações da política externa, tendo como foco a participação do Brasil no megaevento esportivo da Copa do Mundo, sediada no México em 1970.

A pesquisa partirá da hipótese de que a seleção brasileira tricampeã na Copa do Mundo de 1970 favoreceu a projeção da imagem positiva do Brasil no exterior como o país do futebol, contribuindo para a construção do projeto Brasil Grande Potência ambicionado pelas metas da política externa do governo Médici. No plano interno, o uso do futebol ocorreu como ferramenta de propaganda com fins de legitimação política, mobilização e união nacional, por meio do alinhamento da imagem governamental à vitória da seleção brasileira de futebol, desviando a atenção interna e externa das violações de direitos humanos sofridas pela população perpetradas pela ditadura civil-militar brasileira.

O objeto de estudo deste artigo se insere no debate teórico sobre esporte e Relações Internacionais, utilizando as contribuições de Suppo (2012), Kobierecki (2013) e Vasconcellos (2011) para o conhecimento das relações de poder no esporte e sua relevância para a área das Relações Internacionais. O papel dos megaeventos esportivos na composição da política externa dos Estados será demonstrado a partir dos trabalhos de Grix e Houlihan (2013) e Paulino (2015). A política externa do governo Médici será tratada com base nas obras de Cervo e Bueno (1992), Souto (1998) e Visentini (1998). O futebol será abordado como elemento de identidade nacional brasileira por Freitas e Trigo (2020) e como instrumento de política externa do governo Médici para projeção da imagem do

Brasil no exterior, conforme descrito por Batista e Souza (2021). A atração positiva do futebol é explicada pelo conceito de *soft power* criado por Nye Jr. (2004).

A pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo, baseado na descrição e análise do objeto de estudo proposto, utilizando-se do estudo de caso para o aprofundamento analítico dos fatores internos do governo Médici e o uso do futebol como instrumento de política externa. As técnicas aplicadas são as de pesquisa documental e revisão de literatura. Para a pesquisa documental, foram adotadas fontes primárias, como notícias e reportagens de jornais e revistas da época, como os jornais O Estado de S. Paulo e O Globo. Também foram tratados discursos presidenciais e documentos oficiais disponíveis em plataformas midiáticas e em acervos digitais de órgãos governamentais, como o Palácio do Planalto e a Biblioteca da Presidência do Governo Federal. Considerando a revisão bibliográfica, a análise ocorrerá por meio de fontes secundárias como dissertações, teses, monografias, artigos de periódicos e livros disponíveis acerca do tema e do conceito de *soft power*, instrumentalizado para a verificação da hipótese da pesquisa.

A estrutura do artigo está dividida em três seções, além da introdução e considerações finais. A seção 2 discute a revisão da literatura sobre o debate teórico acerca do esporte nas Relações Internacionais, com ênfase nos megaeventos esportivos. A seção 3 aborda a transição do governo Costa e Silva para o governo Médici, retratando a conjuntura interna e destacando as orientações da política externa brasileira. A seção 4 apresenta a participação do Brasil na Copa do Mundo de 1970, evidenciando o uso político do futebol pelo governo Médici como ferramenta de propaganda da ditadura civil-militar e instrumento de *soft power* brasileiro no exterior. As considerações finais buscam responder o problema central da pesquisa, realizando a verificação da hipótese levantada e apontando as evidências e os resultados obtidos pelos objetivos propostos.

## **2 Esporte e Relações Internacionais: o futebol como instrumento político**

Esta pesquisa se insere no debate teórico sobre esporte e Relações Internacionais, considerado um campo promissor e insuficientemente explorado em decorrência da predominância das abordagens teóricas tradicionais, como o realismo e o liberalismo, concentrados em questões ligadas ao poder econômico, político e militar, conforme análise de Suppo (2012). A função social, a força do

poder mobilizador do esporte e os esforços dos Estados em incorporá-los à prática política é apontada por Vasconcellos (2008). O esporte pode ser convenientemente apropriado e adaptado como instrumento político, tornando-se mecanismo de presença do poder estatal e meio de influência, afirmando os interesses nacionais.

A dimensão esportiva sofreu constante negligência pela área das Relações Internacionais (SUPPO, 2012). O esporte propicia a aproximação entre os mais diferentes povos, atua criando identidades, reforçando o sentimento de pertencimento e transmitindo as tradições e as culturas nacionais por todo o mundo (PAULINO, 2015). Entretanto, o esporte não pode ser considerado meramente entretenimento. Sendo um fenômeno popular passível de apropriação pelos governos, torna-se um campo de pesquisa de notável potencial para compreensão das relações de poder presentes no sistema internacional. A apropriação do esporte na construção das políticas externas dos Estados e seus impactos nas relações de poder pela difusão ideológica de valores é enfatizada por Kobierecki (2013), revelando sua importância para a conjuntura política internacional.

A internacionalização do esporte se intensifica com a organização dos Jogos Olímpicos no contexto dos nacionalismos imperialistas do final do século XIX e com a democratização do acesso à comunicação consolidada ao longo do século XX. O desenvolvimento dos esportes modernos foi influenciado pelos padrões políticos, econômicos e socioculturais dados pelo processo de globalização. Os atores políticos rapidamente passaram a enxergar no esporte um possível instrumento de política externa, devido ao poder atrativo e mobilizador das massas, o tornando suscetível à manipulação (SUPPO, 2012). Kobierecki (2013) ressalta a viabilidade da utilização do esporte como recurso para formulação da política externa, dada a competência em influenciar a política internacional através do poder atrativo.

Os esportes modernos são um importante elemento da cultura mundial, sendo um dos fenômenos culturais mais significativos do século XX. Os governos nacionais possuem ministérios do esporte, organizações e competições esportivas internacionais, fazendo com que os esportes progressivamente permeiem os assuntos da política internacional. A valorização e o reconhecimento do esporte para o entendimento das Relações Internacionais se torna necessário para o desenvolvimento da área, que ainda carece de estudos e disciplinas específicas do tema em debate (SUPPO, 2012). As conexões estabelecidas através do esporte são

expressivas e imprescindíveis para o conhecimento das relações de poder nas Relações Internacionais. Diversos interesses políticos podem ser alcançados pelos Estados participando dos megaeventos esportivos (KOBIERECKI, 2013).

Nas Relações Internacionais, o conceito de poder assume diversas conotações. Há o poder político e econômico, poder civil ou militar, poder ideológico e religioso, poder normativo e legislativo. Nye Jr. (2004) distingue o conceito de poder em dois tipos: *hard power* e *soft power*. *Hard power* é o uso de meios militares e econômicos para mudança no comportamento ou dos interesses de outros órgãos políticos através do uso de coerção, força e violência, passando a agir de maneira contrária às suas preferências e estratégias iniciais. *Soft power* ou poder brando é a capacidade de obtenção dos resultados pretendidos pelos Estados por meio da influência, persuasão e atração. O *soft power* possibilita a mudança de comportamentos e condutas dos Estados, os moldando conforme os objetivos estabelecidos pela política externa. Nye Jr. (2004) apresenta ainda o conceito de *smart power* como o equilíbrio entre *hard* e *soft power*, destacando a importância do *soft power* e do *hard power* na composição da política internacional.

A dependência entre o esporte e a área das Relações Internacionais é considerada mútua por Kobierecki (2013). O papel do esporte nas Relações Internacionais pode ser visto nitidamente através das competições esportivas. As competições esportivas podem atuar como uma potencial ferramenta disposta aos Estados ou blocos geopolíticos para exibição e demonstração de superioridade ou quaisquer características desejadas. Pelas vitórias esportivas, os governos podem alcançar a projeção da imagem do Estado, além do seu sistema político e econômico. Esse aspecto é ainda mais relevante para os países antidemocráticos, passando uma mensagem de dimensão interna e externa, podendo influenciar as tomadas de decisões dos demais atores políticos (PAULINO, 2015).

Megaeventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol organizada pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e as Olimpíadas geridas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) são vistos pelos Estados como oportunidade de influência e difusão cultural no cenário internacional, exercendo o uso de atração positiva e persuasão para alcance dos objetivos almejados, conforme o conceito de *soft power* ou poder brando (NYE JR., 2004). Consequentemente, sediar ou conquistar uma edição dos Jogos Olímpicos ou da Copa do Mundo é uma oportunidade de projeção global dos interesses nacionais.

Nas disputas esportivas, a vitória é interpretada como comprovação e validação das virtudes, declarando os valores nacionais ao mundo (PAULINO, 2015).

É o significado internacional dos megaeventos esportivos, a atração do público, a grande cobertura midiática, o envolvimento do governo em sua produção e sua relevância como elemento cultural que os tornam de interesse em relação ao conceito de *soft power* aplicado às políticas externas. Os impactos positivos sobre a imagem externa ao sediar e conquistar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo são amplamente reconhecidos. A instrumentalização do esporte para promoção da imagem dos Estados ocorre para a conquista do prestígio internacional. A estratégia é percebida pelas economias emergentes como uma valiosa oportunidade de aceitação pelas maiores economias do mundo e reconhecimento pela comunidade internacional (GRIX; HOULIHAN, 2013).

A Copa do Mundo de Futebol é a maior competição de uma única modalidade esportiva. Assim como os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo é realizada a cada quatro anos, fator que gera enorme expectativa e emoção ao público. A percepção das vantagens estratégicas e políticas da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos levam os Estados à candidatura como países-sede dos megaeventos esportivos. A Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos são oportunidades de projeção da imagem internacional do país, dada a exposição mundial que leva ao incremento do prestígio internacional relacionado ao país, ampliando sua influência no cenário global e tornando o esporte um importante instrumento de *soft power* (VASCONCELLOS, 2008).

Grix e Houlihan (2013) definem os megaeventos esportivos como eventos culturais de grande escala, tendo como característica o apelo popular massivo, possuindo grande significado e alcance internacional. Apenas os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo podem ser classificados como “megaeventos esportivos”. O prestígio internacional sobre as nações desperta o interesse dos Estados, funcionando como fonte indispensável de poder nas Relações Internacionais. O potencial impacto positivo sobre a imagem dos países se tornou uma justificativa significativa para participação e realização dos megaeventos esportivos. O esporte enquanto fenômeno cultural pode ser utilizado pelos governos em busca de objetivos de política interna, sobretudo na elaboração das políticas externas.

O esporte quando praticado como meio entre diferentes países pode possuir conteúdo político. Os governos enxergam no esporte uma oportunidade única em

termos instrumentais, como meio conveniente para alcance dos propósitos políticos, especialmente a promoção da imagem e a difusão ideológica como aponta Allison e Monnington (2002). Os megaeventos esportivos são palco de expressões socioculturais, afirmações políticas e demonstrações de patriotismo. Paulino (2015) aponta os conflitos de interesses e as relações de poder entre as nações presentes nos megaeventos esportivos, como o *soft power* adquirido pelos Estados ao conquistar ou sediar a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos. O termo *soft power* ou poder brando define a habilidade de influência indireta, entendida pela capacidade de projeção dos próprios interesses nos demais atores políticos, moldando comportamentos para atingir os fins almejados através do convencimento, sem uso de força ou coerção (NYE JR., 2004).

A Copa do Mundo de 1934 e os Jogos Olímpicos de 1936 são exemplos históricos do uso do esporte como instrumento político por governos autoritários. A Copa do Mundo de 1934 sediada na Itália durante a ditadura fascista de Benito Mussolini teve como campeã a seleção italiana, que se tornaria bicampeã na edição seguinte na Copa do Mundo de 1938 da França. Mussolini via a competição internacional como uma poderosa ferramenta de propaganda nacionalista, popularizando os ideais fascistas na Itália e pelo mundo. Adolf Hitler apoiou a realização dos Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim, capital da Alemanha, como exercício de propaganda do regime nazista. Os nazistas promoveram a imagem de uma nova Alemanha, forte e unida, enquanto mascaravam o crescente militarismo e os ataques do regime a judeus e ciganos (AGOSTINO, 2002).

Sediar megaeventos esportivos é um exemplo claro do exercício de *soft power*. Porém, uma perspectiva menos discutida é de que a conquista de maior número de medalhas ou de troféus em um megaevento esportivo também pode ser utilizada como elemento de *soft power*, sobretudo pela dimensão do prestígio internacional. Isto pode ser aplicado para o entendimento do caso brasileiro. Reconhecido internacionalmente como o país do futebol, o esporte é integrante da identidade brasileira e considerado paixão nacional, sendo exposto por Nye Jr. (2004) como um dos elementos de *soft power* do Brasil. O futebol brasileiro desperta o respeito e a admiração de outros países, dado seu poder atrativo como o maior campeão da Copa do Mundo de Futebol, esporte mais popular do mundo.

A aplicabilidade do futebol como elemento de *soft power* do Brasil, a partir da cultura futebolística característica do país, é valiosa para a compreensão do

fenômeno do uso do esporte na esfera política e como recurso de poder. A seleção brasileira é reconhecida internacionalmente pelas conquistas esportivas, sendo a única seleção a participar de todas as edições da Copa do Mundo, consagrando-se como a maior campeã do torneio, vencendo cinco vezes (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002). O futebol como elemento formador da identidade nacional brasileira é destacado por Freitas e Trigo (2020). A Copa do Mundo de 1970 sucedida nos primeiros anos do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) durante a ditadura civil-militar brasileira é exemplo do uso do esporte no campo político das Relações Internacionais, sendo integrada aos objetivos da política externa.

Em relação aos conceitos adotados nesta pesquisa, o termo “ditadura” é descrito por Bobbio (1980) como um governo oriundo do estado de necessidade, caracterizado pela excepcionalidade dos poderes. As ditaduras militares podem possuir líderes políticos em vez de militares, onde são nomeados e mantidos pelos próprios militares. Dotado de poderes extraordinários, a ditadura possui legitimidade baseada no aspecto constitucional, ocorrendo a suspensão temporária das garantias constitucionais ordinárias, centradas na unidade de comando de um indivíduo, possuindo limites constitucionais temporários da função. Ambas características permitem a distinção conceitual da tirania e do despotismo, termos comumente confundidos.

A tirania e o despotismo assim como a ditadura são monocráticas, sendo governado por uma única pessoa, possuindo poderes de caráter excepcional. A tirania não é uma forma de governo legítimo, nem necessariamente temporário. O despotismo pode ser considerado um governo legítimo, mas não temporário, sendo um regime de longa duração. As três formas de poder têm em comum o caráter monocrático e absoluto do poder, porém a ditadura tem base de legitimidade constitucional que falta à tirania, o despotismo e a ditadura diferem no fundamento de legitimidade. A ditadura é distinguida da tirania e do despotismo devido ao caráter temporário (BOBBIO, 1980).

A literatura sobre o uso do futebol como instrumento político no governo Médici está concentrada em obras da área de História do Brasil (CHAIM, 2014; MAGALHÃES, 2013), dada a limitação de contribuições teóricas que problematizem o uso político do esporte pela área das Relações Internacionais no Brasil. A escassez do olhar internacionalista para o tema torna a pesquisa significativa para o

entendimento da relevância do futebol na construção das diretrizes da política externa do governo Médici no cenário interno de repressão política e violação dos direitos humanos. A conquista do tricampeonato da Copa do Mundo em 1970 pela seleção brasileira é um estudo de caso que comprova como o futebol serviu como instrumento de *soft power* aplicado à política externa brasileira durante o governo Médici (1969-1974), visando a construção do projeto político do Brasil Grande Potência, sendo utilizado como propaganda para projeção da imagem positiva e obtenção de prestígio pelo Brasil no mundo.

O processo de consolidação do futebol como elemento da identidade nacional brasileira ocorreu no período entre as Copas do Mundo de 1938 e 1958, onde a modalidade esportiva atingiu a massificação através da imprensa, levando ao interesse de lideranças políticas. As edições de 1942 e 1946 foram canceladas devido à Segunda Guerra Mundial. Em 1950, o Brasil sediou a Copa do Mundo pela primeira vez em sua história e foi finalista, perdendo a final para o Uruguai. A conquista do tricampeonato em 1970, após vencer duas das três competições anteriores (1958 e 1962) consolidou o esporte como paixão nacional e elevou o Brasil ao patamar de potência do futebol mundial (FREITAS; TRIGO, 2020).

A seleção brasileira de futebol sofreu apropriação por lideranças políticas em diferentes períodos históricos. Durante o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, regime caracterizado pelo autoritarismo e pela centralização do poder, o futebol exerceu um papel importante na busca pela implementação do plano de integração nacional, um de seus principais objetivos políticos. Embora em espectros políticos distintos, Emílio Garrastazu Médici percebeu no esporte uma oportunidade de efetivar a diplomacia do interesse nacional. No cenário interno, o sentimento de pertencimento e de união dos brasileiros favoreceu a unidade nacional em ambos regimes antidemocráticos (FREITAS; TRIGO, 2020).

Apesar de diversas semelhanças e convergências com seu antecessor, o presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), o governo Médici possui particularidades que permitem a caracterização e definem suas distinções, como a ligação entre o projeto político e econômico interno e as diretrizes da política externa. Cervo e Bueno (1992), Souto (1998) e Visentini (1998) coincidem em considerar que a política externa do governo Médici teve como principal característica o fortalecimento do Brasil no plano global, marcada pela predominância do bilateralismo e pela maior busca por maior autonomia no sistema

internacional. Souto (1998) identifica as especificidades da política externa brasileira do governo Médici, examinando o projeto Brasil Grande Potência exibido no ano de 1970 como parte do plano estratégico para a inserção internacional do país, voltado à implementação da diplomacia do interesse nacional.

Em resposta à crise enfrentada pela ditadura, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) promulgado por Costa e Silva, um ano antes da posse de Médici, vigorou ao longo de todo seu governo, consolidando o autoritarismo e a repressão estatal. As diretrizes da política externa do governo Médici seguiam o viés nacionalista e desenvolvimentista, buscando projeção do Brasil como uma potência mundial (VISENTINI, 1998). O episódio do milagre econômico brasileiro somado a institucionalização da violência efetivaram a estabilidade econômica e política nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira. Através da legalidade jurídica concedida com a instauração do ato, a intimidação pelo medo foi institucionalizada, estabelecendo o regime de terror pelo país (CHAIM, 2014).

O entendimento do futebol como *soft power* do Brasil, aliado ao conhecimento do esporte como elemento de identidade nacional serviu como recurso propagandístico para o governo Médici, visando a legitimação política e a construção narrativa do Brasil Grande Potência idealizado no plano da política externa. A conquista da Copa do Mundo de 1970 foi de suma relevância para o governo Médici. O reconhecimento do Brasil na esfera global através do esporte fortaleceu a visão nacionalista e ufanista característica do governo Médici (CHAIM, 2014). Magalhães (2013) considera como apropriação os esforços para o alinhamento da imagem de Médici com a seleção brasileira para afirmação da ditadura, buscando a estabilidade política e a união nacional para manutenção do poder e execução do projeto nacional de desenvolvimento.

### **3 Governo Médici (1969-1974): anos de chumbo ou anos dourados?**

A 6ª Constituição Federal de 1967 elaborada e aprovada durante o governo Castello Branco (1964-1967) institucionalizou o regime ditatorial civil-militar e seu modo de atuação. Castello Branco promulgou a primeira Lei de Segurança Nacional da ditadura pelo Decreto-Lei Nº 314, definindo os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social. Os Atos Institucionais e os Decretos-Leis retiraram características cruciais à democracia e ampliaram as atribuições do Poder

Executivo sob os demais poderes. Os atos arbitrários constituíram o estado de exceção, sendo o mecanismo responsável pelos atos antidemocráticos praticados pelos governos militares. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro governo da ditadura civil-militar brasileira, foi substituído pelo Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969) por eleição indireta realizada em candidatura única, assumindo o mandato em 15 de março de 1967 (SKIDMORE, 1988).

A promulgação do Ato Institucional Nº 5 por Costa e Silva (13/12/1968) levou a consolidação do sistema de repressão da ditadura, sendo considerado um dos principais pilares para a política interna do governo Médici. A revogação do AI-5 se deu apenas no ano de 1979, vigorando durante todo governo Médici e estabelecendo a imposição da ditadura civil-militar mediante à violência (VISENTINI, 1998). O Presidente da República junto ao Conselho de Segurança Nacional poderiam realizar a suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, podendo remover, aposentar ou demitir funcionários, juízes e funcionários públicos, cassar mandatos eletivos municipais, estaduais e federais, sem as limitações previstas na Constituição Federal. A suspensão dos direitos políticos resultou na suspensão do direito de voto, na proibição de atividades e manifestações de quaisquer assuntos de natureza política (BRASIL, 1969).

O decreto do Ato Institucional Nº 5 inaugurou o período de maior autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira, levando à aplicação de medidas de controle como a liberdade vigiada, o domicílio determinado e a proibição de frequentar determinados lugares. O ato concedeu autorização ao Presidente para decretar estado de sítio, sem necessitar autorização do Congresso Nacional. O estado de sítio é oposto ao Estado democrático de direito, levando à suspensão de direitos civis dada a instauração do descontrole institucional. A suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Os atos praticados de acordo com o AI-5 e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos seriam excluídos de quaisquer julgamentos judiciais. O AI-5 concedia ao Presidente da República o poder de decretar recesso do Congresso Nacional (BRASIL, 1969).

Produto do AI-5, o Destacamento de Operação Interna (DOI) e o Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) surgem como órgãos de inteligência responsável pela coordenação da repressão política, funcionando como central de investigação, tortura e assassinato de opositores das organizações políticas

subversivas à ditadura civil-militar. A criação do DOI-CODI pelo governo de Emílio Garrastazu Médici no ano de 1970 ocorreu a partir de diretrizes secretas elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional (JOFFILY, 2017). Foram registradas a passagem de mais de 6.700 pessoas pelo DOI-CODI na condição de suspeitas, acusadas ou depoentes, levando à ocorrência de aproximadamente 50 mortes no período compreendido entre setembro de 1970 a junho de 1975 (POMAR, 2005).

A esquerda revolucionária atuou intensamente no combate à ditadura civil-militar brasileira entre os anos de 1969 e 1972, lançando guerrilhas urbanas e rurais que foram classificadas como terroristas pelo governo. Sob a legalidade jurídica estabelecida pelos Atos Institucionais e pelos Decretos-Leis, os grupos revolucionários foram perseguidos e desmantelados pelo aparato policial-militar até o final do governo Médici em 1974. A luta armada contra a ditadura contou com diversas organizações, com destaque à Ação Libertadora Nacional, o Comando de Libertação Nacional, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e a Vanguarda Popular Revolucionária (SKIDMORE, 1988).

Grupos revolucionários de esquerda foram responsáveis por ações de luta armada como o episódio do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro em 1969, organizado por militantes da Ação Libertadora Nacional e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Elbrick foi libertado por negociações da Junta Militar brasileira com autoridades dos Estados Unidos da América em troca da libertação de 15 presos políticos (VISENTINI, 1998). Após o caso, a Junta Militar provisória editou o Ato Institucional Nº 13 permitindo o banimento do território nacional os brasileiros que se tornarem ameaça à segurança nacional e o Ato Institucional Nº 14 autorizando a pena de morte e prisão perpétua em casos específicos de atos considerados revolucionários e subversivos ao governo (SKIDMORE, 1988).

Alinhados à ala linha dura da ditadura civil-militar brasileira, os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Emílio G. Médici (1969-1974) objetivaram efetuar a intensificação da repressão à oposição do governo, realizando a investigação, a prisão, a tortura e o assassinato de acusados de subversão. Diferentemente da ala moderada dos militares, como Castello Branco que pretendia entregar o poder aos civis depois de eliminar as forças políticas do governo João Goulart. As disputas por poder no estamento militar nos primeiros anos da ditadura brasileira estava em

desarmonia e gerando discordância e conflitos. O governo Médici unificou os militares em prol do combate à subversão dos opositores políticos, alcançando a estabilidade política almejada por seus antecessores (SOUTO, 1998).

Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente dos cinco da linha sucessória da ditadura civil-militar brasileira, assumiu a presidência no dia 30 de outubro de 1969. Os Atos Institucionais herdados dos antecessores concederam a Médici poderes excepcionais de punição arbitrária aos inimigos políticos. A estabilidade política atingida por Médici é resultado da consolidação da repressão e do autoritarismo estatal. Perseguições, desaparecimentos, torturas e assassinatos de opositores políticos marcaram o governo Médici (SKIDMORE, 1988). O período compreendido entre a implementação do Ato Institucional Nº 5 até o final do governo Médici ficou conhecido como os anos de chumbo da ditadura, dado o aumento da repressão do Estado contra os divergentes políticos. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014) instaurada durante o governo Dilma (2011-2016) para investigação dos crimes contra os direitos humanos durante a ditadura, foram relatados 191 mortos e 243 desaparecidos no Brasil e no exterior.

Sob o mandato de Médici foi lançado o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970), visando tornar o Brasil uma grande potência mundial até o final do século. O desempenho econômico do Brasil atingiu o ápice no governo Médici. O modelo do tripé econômico de Médici baseou-se em empresas estatais, empresas transnacionais e capital privado nacional respaldando o desenvolvimento econômico. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou em torno de 10% ao ano entre os anos de 1970 e 1973 durante a gestão Delfim Netto no Ministério da Fazenda, fenômeno popularizado como milagre econômico brasileiro. Diante do agravamento da crise internacional do petróleo de outubro de 1973 a março de 1974, a estagnação do crescimento econômico mudou o quadro econômico brasileiro e seus efeitos foram sentidos pelo governo sucessor (VISENTINI, 1998).

O autoritarismo característico do governo Médici facilitou as tomadas de decisões e a aceitação da política econômica no âmbito interno. O Brasil alcançou recordes estatísticos como o aumento do PIB, a elevação na renda *per capita*, o aumento da produção e a diminuição do desemprego. Em contrapartida, o processo do milagre econômico brasileiro levou ao aumento da dívida externa, o crescimento da desigualdade social e gerou reivindicações trabalhistas por melhores condições de trabalho e salários dignos. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

(1972-1974) lançado por Médici reforçou o projeto nacional-desenvolvimentista, estabelecendo metas para a política econômica de estímulos à industrialização (SOUTO, 1998). A política econômica desenvolvimentista do governo Médici produziu grandes obras como a finalização da Ponte Rio-Niterói iniciada no mandato Costa e Silva, o acordo com o Paraguai para construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu através do Tratado de Itaipu e a Rodovia Transamazônica, inacabada até hoje (BEAL, 2010).

No que concerne à política externa brasileira, as principais diretrizes foram pautadas pela diplomacia do interesse nacional estabelecidas pelo Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza (1969-1974), promovendo distinções significativas em relação à diplomacia da prosperidade de Costa e Silva. No plano internacional, o governo Médici rejeita o conceito de Terceiro Mundo e os alinhamentos automáticos, a recusa da divisão internacional do trabalho e a crença no desenvolvimento acelerado (VISENTINI, 1998). Souto (1998) indica que a existência do Terceiro Mundo seria para Gibson Barboza uma concepção ilusória, negando a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O Brasil não reconhece e não se identifica como Terceiro Mundo. A soberania nacional foi a principal característica da política externa brasileira sob o governo Médici.

A política externa do governo Médici teve como características principais o fortalecimento nacional no plano global e a diplomacia voltada ao processo de desenvolvimento industrial através da substituição das importações. O governo Médici construiu uma relação dialética entre a repressão política, o milagre econômico brasileiro e a diplomacia do interesse nacional. O Brasil ampliou a diplomacia para outros pólos capitalistas como a Europa Ocidental e o Japão, abandonando o alinhamento automático aos Estados Unidos da América. O perfil da política externa brasileira foi caracterizado pelo aumento das relações bilaterais devido à frustração nas esferas multilaterais. O Brasil passou a atuar de forma pragmática no cenário internacional, objetivando atender as demandas do projeto nacional de desenvolvimento (VISENTINI, 1998).

O abandono do discurso ideológico da luta do ocidente contra o comunismo permitiu os avanços na política externa do governo Costa e Silva, confrontando os Estados Unidos da América com discurso anti-imperialista, retomando a preocupação econômica entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (VISENTINI, 1998). Ainda que a política interna do governo Médici promova o discurso

anticomunismo, a política externa manteve o afastamento das perspectivas ideológicas da ordem bipolar instaurada pela Guerra Fria, assim como Costa e Silva. A inserção internacional do Brasil e as negociações diplomáticas ambicionaram o atendimento das metas de desenvolvimento nacional visando a execução do projeto Brasil Grande Potência (SOUTO, 1998).

A preocupação econômica do governo Costa e Silva era estabelecida a partir da divisão Norte-Sul em contraposição ao alinhamento automático da divisão leste-oeste característico da divisão do mundo bipolar entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o bloco socialista encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Apesar das divergências econômicas, Visentini (1998) salienta que o alinhamento político e militar ao ocidente se manteve. Ao contrário de Costa e Silva, a política externa de Médici rejeitou a divisão Norte-Sul e a ideia de Terceiro Mundo. O governo Médici entendia que as potências devem possuir autonomia em suas relações internacionais. O Brasil enquanto potência emergente e autônoma deveria pautar suas tomadas de decisões prevalecendo os interesses nacionais. O cenário internacional favoreceu o fortalecimento do exercício do poder nacional pelo governo Médici, alicerçado nos anos do milagre econômico (CERVO; BUENO, 1992).

Como exemplo de exercício do poder nacional, no ano de 1970 o Brasil declarou unilateralmente a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas marítimas. A decisão ocorreu por não haver em vigor normas específicas no Direito Internacional que levassem à proibição ou limitação da extensão do mar territorial pelos Estados. O Brasil enquanto Estado costeiro se percebia soberano para determinar os próprios limites da fronteira marítima. A autonomia decisória da política externa brasileira foi uma estratégia de soberania nacional do governo Médici, levando a afirmação da construção discursiva do Brasil Grande Potência almejado pelos militares. Apesar da resistência de grandes potências, o contexto internacional e a esfera interna favoreceram a tomada da decisão de expansão do mar territorial (VISENTINI, 1998).

A expansão para 200 milhas marítimas no Brasil foi sancionada por Médici pelo Decreto-Lei Nº 1.098 (BRASIL, 1970). O argumento contrário à ampliação do mar territorial era centrado na ideia da impossibilidade de defesa e vigilância do novo espaço marítimo, dada a insuficiência de força naval ou aérea para garantia da soberania brasileira sobre a área marítima. Favorável à decisão de ampliação, o

argumento foi contestado pela Marinha brasileira, sob a alegação de que o Brasil também não possuía força terrestre suficiente para o policiamento de sua ampla fronteira terrestre e mesmo assim o fazia. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar reconheceu e assegurou os direitos de soberania aérea e marítima na faixa de 12 milhas náuticas, reconhecendo as 200 milhas da costa como zona econômica exclusiva brasileira (CARVALHO, 1999).

A ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas reforçou a retórica do projeto Brasil Grande Potência ambicionado pela política externa do governo Médici. A repercussão interna foi de apoio à medida, tanto pelos veículos midiáticos quanto pelo meio político. O ato foi visto como exercício da soberania e das vontades nacionais pretendidas pela política nacional-desenvolvimentista de Médici. A canção de samba “Esse mar é meu” do cantor e compositor João Nogueira exalta o êxito da política de expansão do mar brasileiro para 200 milhas marítimas, sendo incorporado às expressões patrióticas características do período. Assim como o futebol, o carnaval é uma expressão da cultura popular brasileira reconhecida por Nye Jr. (2004) como elemento de *soft power* do Brasil (CARVALHO, 1999).

As propagandas políticas de cunho ufanista caracterizaram o governo repressivo de Médici e o futebol foi incorporado como meio (CHAIM, 2014). Lemas nacionalistas marcaram o período, como “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Ninguém mais segura este país” e “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro, e então o futuro chegou”, o governo planejava a projeção da imagem do Brasil Grande Potência no sistema internacional. No entanto, os brasileiros viveram em seu cotidiano uma dualidade. Nos gramados, a glória e a admiração de todo planeta. Pelas ruas, a perseguição de opositores e a violação dos direitos humanos. A conquista da Copa do Mundo de 1970 teve papel fundamental para a política brasileira tanto no contexto interno, quanto para a formulação estratégica da política externa do governo Médici, como será demonstrado na seção seguinte.

#### **4 México 1970: Brasil tricampeão da Copa do Mundo**

A decisão favorável à escolha do México como país-sede da Copa do Mundo de 1970 ocorreu pelo sucesso dos Jogos Olímpicos de Verão realizados em 1968, na Cidade do México, capital do país. A Copa do Mundo do México foi a primeira sediada na América do Norte, todas as edições anteriores haviam sido realizadas ou

na América do Sul ou na Europa. A 9ª edição da Copa do Mundo teve início no período de 31 de maio a 21 de junho de 1970, contando com a participação de 16 países. A partida da final foi disputada no Estádio Azteca, com público estimado de 108.000 pessoas. A Copa do Mundo do México apresentou significativo potencial comercial, dada a expansão do alcance de audiência em decorrência do pioneirismo da transmissão televisiva via satélite, transformando o futebol em um espetáculo midiático global. Pela primeira vez a Copa do Mundo foi televisionada ao vivo e a cores para o mundo inteiro, ainda que a maioria dos brasileiros não tivessem acesso à televisão colorida na época (GOMEZ, 2020).

O formato da Copa do Mundo foi dividido entre a fase de grupos e a fase eliminatória. A primeira fase consistiu em quatro grupos onde apenas duas das quatro equipes avançaram para a fase final eliminatória. O Brasil se classificou em primeiro colocado no Grupo 3, à frente da então campeã Inglaterra, Romênia e Tchecoslováquia, em respectiva ordem. Nas quartas de final, venceu o Peru pelo placar de 4 a 2. Nas semifinais, venceu o bicampeão Uruguai por 3 a 1, se classificando para a grande final contra a bicampeã Itália. O Brasil venceu a Itália pelo placar de 4 a 1 com gols dos jogadores Pelé, Gérson, Jairzinho e Carlos Alberto, conquistando a Taça Jules Rimet<sup>2</sup>. A seleção brasileira de 1970 foi a primeira seleção nacional a se tornar tricampeã da Copa do Mundo (ZANEI, 2020).

A importância do megaevento esportivo para o Brasil não se limitou apenas ao campo esportivo e à cultura do futebol existente no país, sendo fundamental para as aspirações políticas do governo militar de Garrastazú Médici. Os atletas da seleção brasileira personificaram o “cidadão ideal”, representando e promovendo os valores e as virtudes dos brasileiros no mundo. A figura de Pelé, como símbolo da seleção, difundiu a imagem do Brasil internacionalmente, sendo o único jogador a ser tricampeão da Copa do Mundo. Ao vencer a Copa do Mundo de 1958, Pelé se tornou o jogador mais jovem a vencer o megaevento esportivo, recorde que permanece até hoje. Zagallo, técnico da seleção brasileira de 1970, havia conquistado a Copa do Mundo de 1958 na Suécia e a Copa do Mundo de 1962 no Chile atuando como jogador (UBERREICH, 2020).

---

<sup>2</sup> O nome dado à taça homenageia Jules Rimet, presidente da FIFA responsável pela primeira edição da Copa do Mundo em 1930 no Uruguai. Jules Rimet estipulou que o troféu deveria ser concedido permanentemente ao primeiro país a conquistá-lo três vezes, feito inédito alcançado pelo Brasil na Copa do Mundo de 1970 no México. De 1970 em diante, a premiação passou a se chamar oficialmente “Troféu da Copa do Mundo FIFA”, ficando sob posse permanente da FIFA.

O poder sociocultural do futebol transcende o esporte, permitindo a afirmação do nacionalismo e da identidade nacional, despertando o sentimento de pertencimento à nação (AGOSTINO, 2002). Negligenciado pelas correntes teóricas clássicas das Relações Internacionais, como discutido na seção 2, o esporte explica as relações de poder que permeiam o sistema internacional. Os megaeventos esportivos como a Copa do Mundo desempenham funções além das esportivas, como a capacidade de elevar o prestígio internacional sobre determinado país através da atração positiva, funcionando como instrumento de *soft power* (NYE JR., 2004). O esporte pode atuar tanto como mecanismo de resistência contra a repressão estatal quanto como “arma” ou instrumento ideológico dos governos autoritários. Sobre a aproximação dos regimes ditatoriais ao futebol como ferramenta de propaganda, Gastaldo e Guedes (2006, p. 8) argumentam que:

Nestes casos (e foram muitos, da Squadra Azzurra de Mussolini, em 1938, aos jogadores de Videla, em 1978, sem esquecer a seleção-canarinho de 1970), símbolos nacionais de diferentes ordens se fundem, bandeiras, hinos, cores, generais, bolas e discursos se tornam uma só metáfora da nação, cada elemento tornado peça em uma unívoca ideologia da superioridade nacional sobre o resto do mundo. O futebol entra como o fiel da balança, o resultado estampado no placar é a prova numérica, quantitativa, irrefutável, da superioridade da Pátria amada, salve, salve, sobre o restante da humanidade.

As Copas do Mundo foram realizadas sob diferentes contextos políticos históricos desde sua primeira edição no Uruguai no ano de 1930. O fato da Copa do Mundo de 1970 ter sido realizada no México pode ser considerado um fator relevante para explicar a inexistência de críticas internacionais ao uso político da seleção brasileira pelo governo Médici. Não houve mobilização internacional em função das violações aos direitos humanos como em casos nos quais quem praticava tais atos era o próprio país-sede da Copa do Mundo. Por exemplo, na Copa do Mundo de 1978 sediada e vencida pela Argentina sob a ditadura civil-militar liderada por Jorge Rafael Videla, as críticas internacionais se direcionaram ao país-sede, não à seleção argentina, diferentemente do caso brasileiro (MAGALHÃES, 2013).

O Brasil vivenciou o ápice do autoritarismo na transição do governo Costa e Silva para o governo Médici. Em tempos de AI-5, a censura dos meios de comunicação e a proibição de manifestações políticas explicam a ausência de críticas externas à ditadura civil-militar brasileira durante a Copa do Mundo de 1970, impossibilitando o conhecimento internacional das graves violações dos direitos

humanos. A conquista da Copa do Mundo em solo mexicano possibilitou mascarar a opressão sofrida, ofuscada pelo momento positivo de vitória da seleção nacional. O futebol brasileiro propiciou a projeção internacional do Brasil, atendendo aos planos da política externa de projeção da imagem positiva como um país em ascensão, cujos atletas simbolizavam a grandiosidade pretendida por Médici. A vitória esportiva da seleção brasileira difundiu a imagem do Brasil no exterior, sendo vinculada à política desenvolvimentista do governo Médici e ao slogan do Brasil Grande Potência (BATISTA; SOUZA, 2021).

A apropriação da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 pelo governo funcionou como exercício da propaganda ufanista almejada por Médici. Ao ser o primeiro país tricampeão da Copa do Mundo, o Brasil foi reconhecido como a principal potência do futebol. O tricampeonato da seleção brasileira consistiu em uma oportunidade de legitimação, por meio da associação da imagem do governo militar à conquista mundial. No conturbado período de intensa repressão da oposição política e de violação dos direitos humanos, o futebol enquanto elemento de identidade brasileira permitiu a união nacional necessária para a continuidade do projeto nacional de desenvolvimento, de cunho autoritário. A projeção internacional do Brasil através do esporte favoreceu a concepção do Brasil Grande Potência (AGOSTINO, 2002). Sobre a associação do governo às vitórias esportivas, é importante destacar:

A criação da imagem positiva de um governo através da associação a um atleta ou conjunto de atletas vencedores parece assumir um sentido ainda mais urgente nos momentos em que tais governos passam a carecer de legitimidade, seja diante de sua própria população, seja no plano externo. Nestes momentos, não somente as vitórias, mas a própria organização de torneios esportivos internacionais reveste-se de significado, uma vez que representa a possibilidade de mostrar-se ao mundo como uma nação portadora de características positivas, tais como modernidade, civilidade e ordem. No plano interno, há a possibilidade de se reforçar um discurso meritocrático, atribuindo aos atletas vencedores um comportamento tido como exemplar para o conjunto da sociedade (capacidade de trabalho, de organização, de sacrifício, de amor à pátria simbolizada em uma camisa), ou ainda resgatando discursivamente os pretensos traços originais da nacionalidade (FRAGA, 2011, p. 6).

No dia 19 de novembro de 1969, Pelé marcou o milésimo gol de sua carreira, na vitória do Santos contra o Vasco pelo placar de 2 a 1 no Estádio Maracanã. Garrastazu Médici recepcionou Pelé em Brasília para comemoração dos mil gols. No dia 25 de janeiro de 1970, data que marca o aniversário da cidade de São Paulo, Médici marcou presença na reinauguração do maior estádio particular do Brasil, o

Estádio do Morumbi, do São Paulo Futebol Clube. Em discurso na capital paulista, Médici ressaltou os esforços governamentais para garantir que todos brasileiros pudessem assistir a Copa do Mundo do México via Embratel, empresa brasileira de telecomunicações controlada pelo Ministério das Comunicações. Médici aproveitou a oportunidade para aproximar o governo federal ao maior estado do Brasil (CHAIM, 2014). Sobre a participação brasileira no megaevento esportivo, Médici declarou:

Solidariedade também é juntar-se às paixões da alma popular. E, nas asas dessa paixão, meu governo se empenhou para que trouxéssemos o México à platéia de todos os lares do Brasil. (...) Aqui venho para chamar o povo para que não me falte com a sua participação nos momentos todos de meu governo. Venho chamá-lo para a construção de uma paz dinâmica, que, ainda uma vez mais na História, bandeira partida de São Paulo, nos leve, a todas as terras brasileiras, agora aos chãos do desenvolvimento. Chamá-lo para a violência edificadora, do idealismo são e puramente brasileiro. Aqui me tenho para pedir ao povo sua confiança, sua solidariedade, sua compreensão, sua maior produtividade (MÉDICI, 1970, p. 21-22).

A atmosfera repleta de nacionalismo e patriotismo da Copa do Mundo e o futebol como esporte mais popular do Brasil e no mundo foram condições favoráveis ao uso político do futebol pelo governo Médici. O futebol como poderoso instrumento de integração social, promoveu à sociedade brasileira o sentido de totalidade e unidade, possibilitando a apropriação convenientemente adaptada aos interesses políticos. A Copa do Mundo de 1970 inserida no contexto bipolar da Guerra Fria, permitiu a união nacional dado o poder sociocultural do futebol no Brasil como elemento de identidade nacional, afastando a lógica de luta de classes presentes no período caracterizado pela divisão do mundo entre capitalismo e o comunismo. A Copa do Mundo serviu como vitrine de exposição internacional para o Brasil. A potencialidade propagandística do megaevento esportivo transformou o futebol em instrumento de *soft power* brasileiro (NYE JR., 2004).

No contexto de proibição das atividades e manifestações de natureza política, Médici concedeu permissão para a realização das comemorações populares na chegada da seleção ao Brasil, visando o fortalecimento do sistema político vigente. Milhares de pessoas estiveram nas avenidas de Brasília para recepcionar os tricampeões do mundo. O Estado de S. Paulo (1970, p. 16) noticiou a festa na Praça dos Três Poderes em Brasília: "Médici é muito aplaudido e acena para o povo, que grita: Brasil, Brasil, Brasil. São cem mil pessoas na praça, que deixam apenas um pequeno espaço para a passagem dos tricampeões." O alinhamento da imagem de Médici com o esporte mais popular do Brasil é evidenciado por Chaim (2014):

“Carlos Alberto, quando você ergueu a Taça lá no México, eu chorei aqui em Brasília. Vocês divulgaram o Brasil no mundo. [...] O sucesso da Seleção é o simbolismo do progresso do Brasil” (A GAZETA ESPORTIVA, 1970, p. 4 apud CHAIM, 2014, p. 74).

A capa do jornal O Globo intitulada “Tri, o carnaval em junho” publicada no dia seguinte à conquista da seleção brasileira faz referência a ordem de Médici: “os brasileiros merecem um carnaval extra e a nossa seleção a homenagem de todos”. Médici solicitou a expedição de portaria considerando ponto facultativo nas repartições públicas e federais. Na mesma página, o presidente recebeu destaque por ter acertado o placar da partida final, associando seu palpite à conquista do título. O jornal o destaca como entusiasta do esporte, informando que o mesmo assistiu todos os jogos pela televisão. Em outra matéria, o Globo destacou parte da mensagem de Médici ao povo brasileiro e à seleção, intitulada “Valor do homem brasileiro”, mensagem proferida à nação em virtude da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970. Na mensagem é notável a associação dos interesses governamentais à conquista da Copa do Mundo, evidenciando a superioridade do feito brasileiro diante das demais nações:

Na hora em que a Seleção Nacional de Futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam no Presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como um brasileiro que acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração do que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.

Na vitória esportiva, a prevalência de princípios que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. É desse ciclo a nossa conquista, a vitória da unidade e da conquista de esforços. A vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e serenidade dos capacitados, da técnica, do preparo físico e da categoria. [...] Neste momento de vitória, trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar em nossa incomparável Seleção de Futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro (MÉDICI, 1970, p. 83-84).

A marcha “Pra frente, Brasil” lançada para embalar o Brasil na busca pelo tricampeonato na Copa do Mundo de 1970 reforçou, igualmente, os valores pretendidos por Médici. A canção marcou a memória dos brasileiros, principalmente pelo ineditismo das transmissões ao vivo da Copa do Mundo pela televisão. É notado o sentimento de “brasilidade” no verso “todos juntos vamos, pra frente Brasil”, trazendo a ideia de união nacional. “Parece que todo o Brasil deu a mão!” traz o fim das divergências em prol de um bem maior, justamente no auge das

prisões arbitrárias, assassinatos, torturas a presos políticos e desaparecimentos de opositores ao regime em virtude da atuação do DOI-CODI. “De repente é aquela corrente pra frente” demonstra o orgulho nacional, a ordem e o progresso. A seleção brasileira atuou como alavanca patriótica e nacionalista, servindo como instrumento de estímulo ao patriotismo característico da ditadura civil-militar, em contraposição ao aparelho repressivo do Estado (MAGALHÃES, 2013).

O prestígio internacional e a atração positiva da imagem brasileira no exterior é observada pelo compilado de notícias internacionais apresentadas pela edição do jornal O Estado de S. Paulo (1970, p. 26), trazendo a repercussão do tricampeonato da Copa do Mundo. "América faz sua a vitória. A América Latina inteira festejou e comentou a conquista do tricampeonato pelo Brasil como se fosse uma vitória própria". "Na Europa, só elogios. Em toda a Europa, a crônica esportiva foi unânime em reconhecer os méritos do Brasil ao conquistar a Jules Rimet definitivamente, batendo os italianos por 4 a 1". Na Inglaterra, país inventor do futebol, as manchetes destacavam "a extraordinária façanha do Brasil e de Pelé" na final da Copa do Mundo. "Foi o triunfo supremo", escreveu o Daily Mirror. O jornal The Sun escreveu: "Para Pelé e seus matadores tudo parecia fácil. Há equipes que ganham as partidas. O Brasil ganha os corações."

Vasconcellos (2011) aponta que a Copa do Mundo de 1970 elevou o prestígio do Brasil no cenário internacional dada a conquista do tricampeonato inédito, proporcionando a afirmação e a projeção nacional de uma imagem positiva, associada às metas da política externa e à promoção do *soft power* brasileiro. O futebol exerceu papel substancial para a mundialização do Brasil, sendo um dos objetivos da política externa do governo Médici conforme analisa Visentini (1998). Com o advento da televisão via satélite e a ampliação da cobertura midiática da Copa do Mundo no México, gerou a difusão da ideia do Brasil como grande nação e como o país do futuro, seguindo as frases da campanha de modernização do país, facilitando a diversificação de futuras parcerias políticas e comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento (MAGALHÃES, 2013).

A seleção brasileira tricampeã da Copa do Mundo trouxe a dimensão de grandeza e soberania nacional, características desejadas pelos governos militares. A conquista da Copa projetou a imagem do Brasil no exterior como o país do futebol, influenciando as relações do Brasil com os demais países por meio da atração positiva, corroborando com o conceito de *soft power* desenvolvido por Nye

Jr. (2004). O futebol brasileiro favoreceu a concepção do Brasil Grande Potência ambicionado pela política externa do governo Médici, assim como a decisão de expansão do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas. No âmbito interno, o desenvolvimento nacional ocorreu pelo episódio do milagre econômico e a execução de obras faraônicas como a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica e a assinatura do Tratado de Itaipu, que levaria à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a segunda maior hidrelétrica do mundo (BEAL, 2010).

O Brasil havia conquistado anteriormente a Copa do Mundo de 1958 na Suécia e consecutivamente a Copa do Mundo de 1962 no Chile. O fracasso da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1966 na Inglaterra, a primeira sob o governo da ditadura civil-militar iniciada no ano de 1964, afetou a autoestima nacional. O governo Médici aspirava elevar o Brasil ao patamar de potência, apresentando crescimento econômico com taxas de Produto Interno Bruto em torno dos 10% ao ano entre 1969 e 1974. Para efetivar os objetivos da política externa brasileira, o país necessitava de projeção internacional. A Copa do Mundo de 1970 promoveu o país no exterior, aumentando o prestígio e a aceitação do Brasil no cenário internacional. Ao ser tricampeão do mundo no México, o Brasil obteve ganhos significativos, dada a exposição e projeção alcançada (AMAZARRAY, 2011).

A exposição mundial atingida pelo Brasil foi fundamental para o projeto Brasil Grande Potência do governo Médici, ainda que Visentini (1998) descreva o Brasil como uma potência média. No plano interno, os impactos da vitória esportiva recuperaram a autoestima nacional, validando a ideia do “Brasil pra frente”. O futebol brasileiro emprestou legitimidade política, incrementando os mecanismos de geração de *soft power* do governo Médici. A conjuntura interna não sofreu mudanças significativas. A ditadura civil-militar tratou de capitalizar o poder do futebol como elemento de identidade nacional para efetivar seu projeto de grandeza (AMAZARRAY, 2011). Os esforços de associação da imagem de Emílio Garrastazu Médici ao esporte mais popular do Brasil são descritos por Agostino (2002, p. 158):

Grudado no radinho de pilha, foram várias as vezes em que o presidente se arriscara a frequentar estádios lotados, não raro sendo anunciada a sua presença pelos alto-falantes. Promovia-se assim uma importante estratégia de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), no sentido de transformar o presidente em Torcedor Número 1 da nação, articulando os êxitos futebolísticos à imagem de Brasil-Potência que o governo se esforçava em difundir.

No período compreendido entre o início e o fim da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), foram realizadas a construção de 14 estádios públicos de futebol com capacidade superior a 40 mil pessoas. Doze estádios foram nomeados em homenagem a governadores ligados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao governo militar. Em dez estádios, a nomeação foi atribuída ao nome do governador que realizou a inauguração. O governo Médici iniciou a obra de nove dos 14 estádios inaugurados durante a ditadura civil-militar. A construção de estádios de futebol é considerada parte da estratégia de legitimação, assim como a associação da figura do presidente ao esporte símbolo da identidade brasileira, favorecendo a concepção do Brasil Grande Potência (MALAIA; FORTES, 2021).

## **5 Considerações finais**

Ao efetuar a investigação do caso brasileiro, foram encontradas evidências que apontam para a confirmação da hipótese considerada pela pesquisa de que a seleção brasileira tricampeã na Copa do Mundo de 1970 favoreceu a projeção da imagem positiva do Brasil no exterior como o país do futebol, contribuindo para a construção do projeto Brasil Grande Potência ambicionado pelas metas da política externa do governo Médici. No plano interno, o uso do futebol ocorreu como ferramenta de propaganda com fins de legitimação política, mobilização e união nacional, por meio do alinhamento da imagem governamental à vitória da seleção brasileira de futebol, desviando a atenção interna e externa das violações de direitos humanos sofridas pela população perpetradas pela ditadura civil-militar brasileira.

Conforme demonstrado na seção 2 referente ao marco teórico, a temática esportiva é fundamental para os avanços nos estudos das Relações Internacionais, permitindo o maior entendimento das relações de poder presentes no sistema internacional. A negligência do tema pelas principais abordagens teóricas tradicionais como o realismo e o liberalismo impossibilita o conhecimento do esporte como elemento de *soft power* e a capacidade de atingir os fins pretendidos por meio da atração, sem uso de força ou coerção. Os megaeventos esportivos atuam como uma potencial ferramenta disposta aos Estados para exibição de valores e virtudes nacionais. A Copa do Mundo e as Olimpíadas são objetos de interesse dos Estados, passíveis de apropriação como recurso para formulação de política externa, dada a oportunidade de influência e difusão cultural no cenário internacional. As vitórias

esportivas levam a projeção da imagem positiva dos países, podendo influenciar as tomadas de decisões e a aceitação de determinado modelo político e econômico.

Como apresentado na seção 3, a assinatura do Ato Institucional Nº 5 no mandato de Costa e Silva vigorou durante todo o governo Médici, estabelecendo a consolidação da repressão política e a violação dos direitos humanos. Com a ascensão dos militares da linha dura ao poder, o autoritarismo marcou os anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira. A política externa do governo Médici seguiu a vertente nacional-desenvolvimentista, tendo como principal a defesa do interesse nacional. O Brasil passou a não se identificar como Terceiro Mundo, percebendo a si como uma potência autônoma e em ascensão, visando incrementar seu poder no sistema internacional. A conquista do tricampeonato da Copa do Mundo foi mobilizada em prol do projeto Brasil Grande Potência e reforçou o exercício da soberania nacional, de maneira semelhante à decisão de ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas.

A vitória esportiva na Copa do Mundo de 1970 no México foi associada a um momento positivo, assim como o projeto nacional de desenvolvimento que estabeleceu o milagre econômico com o crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973 e a construção das obras faraônicas como a Ponte Rio-Niterói, a assinatura do Tratado de Itaipu que levaria à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a inacabada Rodovia Transamazônica. Na conjuntura interna brasileira, a vigência do Ato Institucional Nº 5 levou a censura dos meios de comunicação e a proibição de manifestações políticas, impossibilitando as críticas internas e o conhecimento externo do uso político da seleção brasileira de futebol. Criação do governo Médici, o DOI-CODI atuou como órgão responsável pela repressão nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira. O aparato policial-militar funcionou como mecanismo de coerção, estabelecendo a tortura, o desaparecimento e a morte de opositores políticos.

As evidências encontradas na seção 4 levam à confirmação da hipótese levantada pela pesquisa. A ditadura civil-militar tratou de capitalizar o poder do futebol como elemento de identidade brasileira para demonstração da grandeza nacional. Nos discursos proferidos por Médici foram notadas a associação dos interesses governamentais à vitória esportiva na Copa do Mundo de 1970. Os atletas da seleção brasileira de futebol personificaram o “cidadão ideal”, representando e promovendo os valores e as virtudes dos brasileiros para o mundo,

simbolizando a grandiosidade almejada pelo projeto político do governo Médici. A seleção brasileira de futebol propiciou a mundialização do Brasil como o país do futebol, fortalecendo a soberania nacional e a concepção do projeto Brasil Grande Potência ambicionado pelas metas da política externa do governo Médici.

No período de proibição de manifestações políticas sob vigência do Ato Institucional Nº 5, Médici concedeu permissão para realização das comemorações populares na chegada da seleção ao Brasil, visando o fortalecimento do sistema político vigente. A marcha "Pra frente, Brasil" lançada para embalar o Brasil na busca pelo tricampeonato na Copa do Mundo de 1970, reforçou os valores pretendidos pelo governo. Como parte da estratégia de legitimação, o governo Médici iniciou a obra de nove dos 14 estádios públicos com capacidade superior a 40 mil pessoas, inaugurados durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

A atmosfera repleta de nacionalismo e patriotismo da Copa do Mundo e o futebol como esporte mais popular do Brasil e no mundo foram condições favoráveis ao uso político do futebol pelo governo Médici. A vitória esportiva da seleção brasileira de futebol ampliou o prestígio internacional pelo Brasil, difundindo a imagem positiva do país no exterior, dado o ineditismo do tricampeonato da Copa do Mundo em 1970. O futebol brasileiro como elemento de *soft power* favoreceu a projeção do Brasil no plano externo por meio da atração positiva, facilitando a inserção internacional e a diversificação de futuras parcerias políticas e comerciais. O Brasil foi reconhecido como a principal potência do futebol, demonstrando a superioridade do feito brasileiro diante das demais nações.

## Referências

AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer**: futebol, geopolítica e identidade nacional. Mauad Editora Ltda, 2002.

ALLISON, Lincoln; MONNINGTON, Terry. **Sport, Prestige and International Relations. Government and Opposition**, v. 37, n. 1, p. 106-134, 2002.

AMAZARRAY, Igor Chagas. **Futebol: o esporte como ferramenta política, seu papel diplomático e o prestígio internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40288/000827664.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 set. 2022.

BATISTA, Ian Rebouças; SOUZA, Laryssa Vidal Amazonas de. Sobre chuteiras e coturnos: futebol como instrumento de soft power de regimes autoritários na Argentina, Brasil e Chile. **Relaciones Internacionales**, [S. l.], v. 30, n. 61, p. 136, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/9716>>. Acesso em: 25 set. 2022.

BEAL, Sophia. Obras públicas monumentais, ficção e o regime militar no Brasil (1964- 1985). **Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, ano 4, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://escritos.rb.gov.br/numero04/artigo10.php>>. Acesso em: 23 out. 2022.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.098, DE 25 DE MARÇO DE 1970**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1098.htm)>. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. Presidente (1969-1974: Emílio Garrastazu Médici). **Na praça do povo**. Brasília, 25 jan. 1970. 22 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/di-scursos/1970/03/view>>. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL. Presidente (1969-1974: Emílio Garrastazu Médici). **Valor do homem brasileiro**. Brasília, 21 jun. 1970. 84 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/di-scursos/1970/16/view>>. Acesso em: 24 set. 2022.

CARVALHO, G. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 01, p.110-126, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CHAIM, Aníbal Renan Martinot. **A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02042014-095412/pt-br.php>>. Acesso em: 15 maio 2022.

GOMEZ, Eric. Tri, Pelé, TV em cores, bola, figurinhas, novidades: 50 anos de México 70, a Copa do Mundo que mudou a história do futebol. **ESPN**, México, 2020. Disponível em: <[https://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_/id/6992601/tri-pele-tv-em-cores-bola-figurinhas-novidades-50-anos-de-mexico-70-a-copa-do-mundo-que-mudou-a-historia-do-futebol](https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/6992601/tri-pele-tv-em-cores-bola-figurinhas-novidades-50-anos-de-mexico-70-a-copa-do-mundo-que-mudou-a-historia-do-futebol)>. Acesso em: 28 set. 2022.

**Folha de S. Paulo - Acervo Digital**. PÁGINA DA EDIÇÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1969 - PÁG. 1. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3489&anchor=5173160&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

FRAGA, Gerson Wasen. **Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, p. 1-17, jul. 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039\\_ARQUIVO\\_DasformiguinhasdeGeisel.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_DasformiguinhasdeGeisel.pdf). Acesso em: 21 set. 2022.

FREITAS, Guilherme Silva Pires de; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. O processo de transformação do futebol como elemento da identidade nacional brasileira. **FuLiA/UFMG**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 115-134, mar. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/16137>>. Acesso em: 12 maio 2022.

GASTALDO, Édison; GUEDES, Simoni Lahud. **Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional**. Niterói: Intertexto, 2006.

GRIX, Jonathan; HOULIHAN, Barrie. Sports Mega-Events as Part of a Nation's Soft Power Strategy: The Cases of Germany (2006) and the UK (2012). **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 16, n. 4, p. 572–596, 2 abr. 2013.

JOFFILY, Mariana. **Destacamento de operações e informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 1. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>>. Acesso em: 05 set. 2022.

KOBIERECKI, Michał Marcin. SPORT IN INTERNATIONAL RELATIONS. EXPECTATIONS, POSSIBILITIES AND EFFECTS. **International Studies: Interdisciplinary Political and Cultural Journal**, Londres, v. 15, n. 1, p. 49-74, jan.

2013. Disponível em: <<https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=443667>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e Ditadura no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MALAIA, João Manuel Casquinha; FORTES, Rafael. “Brasil-grande, estádios gigantesco”: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. **Tempo**. 2021, v. 27, n. 1. , p. 165-183. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/dxyZ4FpZVhkw6KB6sb7K4Tn/#>>. Acesso em: 26 set. 2022..

NYE Jr., Joseph Samuel. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

**O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão**. PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 23 DE JUNHO DE 1970 - PÁG. 26. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700623-29204-nac-0026-999-26-not>>. Acesso em: 22 set. 2022.

**O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão**. PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1970 - PÁG. 16. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700624-29205-nac-0016-999-16-not>>. Acesso em: 22 set. 2022.

PAULINO, Luís Antonio. “Esportes, Megaeventos Esportivos e Relações Internacionais”. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 4, n. 1, p. 21-37, 7 maio 2015. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5000>>. Acesso em: 20 maio 2022.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Estatísticas do DOI-CODI. **Revista Adusp**, São Paulo, maio, 2005. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a10.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2022.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional - A Política Externa do Governo Médici (1969-1974)**. Porto Alegre: Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1998.

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o Lugar do Esporte nas Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 397-433, julho/dezembro, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cint/a/gh73bx3PJw7QjD7QGvv5QZB/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 maio 2022.

UBERREICH, Thiago. **1970, o Brasil é tri**: a conquista que eternizou a Seleção Brasileira. Mauá: Letras do Pensamento, 2020. 192 p. v. 1.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, poder e relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. 1998. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ZANEI, Ricardo. México 1970: há 50 anos, o Brasil conquistava o tri da Copa do Mundo e se eternizava na história. **ESPN**, São Paulo, 2020. Disponível em: <[https://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_/id/7065550/mexico-1970-ha-50-anos-o-brasil-conquistava-o-tri-da-copa-do-mundo-e-se-eternizava-na-historia](https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/7065550/mexico-1970-ha-50-anos-o-brasil-conquistava-o-tri-da-copa-do-mundo-e-se-eternizava-na-historia)>. Acesso em: 28 set. 2022.

### **Title**

World Cup in the years of lead: Brazilian football as an instrument of foreign policy of Médici government (1969-1974)

### **Abstract**

Constantly neglected by the International Relations area, the sports theme has become indispensable for the knowledge of the power relations that permeate the international system. The soft power acquired by hosting or conquering sports mega-events like the World Cup and Olympics motivated this case study on the use of Brazilian football as a soft power instrument applied to the foreign policy of the government of Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), adopting the qualitative research method based on the techniques of bibliographic review and documental research. The general objective of this research is to carry out an investigation of the internal conditions of Médici government, highlighting the formulation of guidelines and actions of foreign policy, focusing on Brazil's participation in the sport mega-event of the World Cup hosted by Mexico in 1970. The evidence obtained indicates that the Brazil national team, three-time champion in the 1970 World Cup, provided an increase in soft power, reinforcing the values and virtues of Brazil to the world. The projection of a positive image abroad as the country of football reinforced national sovereignty, strengthening the project "Brasil Grande Potência", coveted by the foreign policy goals of the Médici government. The rise of the hard-line military to power marked the leaden years of the Brazilian civil-military dictatorship, establishing authoritarian practices such as political repression and the violation of human rights. Element of national identity, Brazilian football has been appropriated as a means of maintaining and strengthening the current political system.

**Keywords:** World Cup. Civil-military dictatorship. Médici government. Brazilian foreign policy. Soft power.